

## CONGRESSO NACIONAL DO MP



## APMP PARTICIPA DO CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Aconteceu na última quarta-feira (27) em Belo Horizonte, a cerimônia de abertura do XXII Congresso Nacional do Ministério Público. O evento reúne membros da instituição de todo o Brasil e tem como tema “Três décadas da Constituição Federal de 1988: os novos desafios do Ministério Público”. O presidente da APMP, Bergson Formiga, participa do congresso que se encerra nesta sexta-feira.

Na quinta-feira, se iniciou a apresentação de 96 testes em nove salas simultâneas, que foram encaminhadas para a Plenária na manhã desta sexta-feira. As conclusões das teses aprovadas em sala poderão ser visualizadas no site do Congresso.

Foram seis Grupos de Trabalhos Setoriais com os temas: O Ministério Público de Contas e

sua contribuição para o aprimoramento da gestão pública; Direito penal mínimo X Proibição de proteção deficiente; Atuação do Ministério Público na educação: experiências exitosas; A lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência e seu real significado para a implantação de direitos humanos.

A primeira palestra não jurídica, da quinta-feira, foi ministrada pela neurocientista Cláudia Feitosa – Santana e lotou o auditório principal do hotel Mercure. O filósofo Luiz Felipe Pondé falou sobre a as “Realizações pessoais no mundo contemporâneo”. Pondé é Doutor em Filosofia pela USP e pós-Doutor pela Universidade de Tel Aviv. “Percepção da vida sob a ótica de Nietzsche” foi o tema da palestra do professor Clóvis de Barros, Mestre e Doutor em Ciência Política.

Na parte da tarde, a Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais empossou novos acadêmicos e lançou a terceira edição da Revista Literária.

### Jurídicas

“Os novos confins entre a responsabilidade civil e criminal” foi a palestra do procurador de Justiça mineiro Nelson Rosenvald, pós-Doutor em Direito Civil pela Universidade Roma Ter (Itália), Doutor e Mestre pela PUC-SP, professor visitante da Universidade de Oxford, professor-pesquisador da Universidade de Coimbra.

O procurador de Justiça paulista Edilson Mougnot Bonfim falou sobre “O Ministério Público criminal: uma trincheira de resistência na luta pela efetividade do Estado Constitucional”.

## CONGRESSO NACIONAL DO MP



Mougenot é Doutor em Processo pela Universidade Complutense de Madrid, Espanha, professor convidado da graduação e mestrado da Universidade de Aix-Marseille (França), professor da pós-graduação em Direito Penal da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, dentre outras.

Sobre “Investigações históricas e complexas – estratégias

comuns do historiador e do promotor de Justiça para o descobrimento da verdade” falou o promotor de Justiça mineiro Marcos Paulo de Souza Miranda, professor de Direito do Patrimônio Cultural, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e do International Council of Monuments and Sites (Comos-Brasil).

Entre os destaques des-

ta sexta-feira (29) estão o grupo de trabalho sobre a Reforma da Previdência e palestras Clóvis de Barros e Luiz Greco. A procuradora-geral da República, Raquel Dodge faz a palestra de encerramento.

A festa de encerramento fica por conta da banda mineira Jota Quest no Mix Garden, a partir das 22h.



*#MinistérioPúblicoestáaqui*

## CONAMP LANÇA CAMPANHA #MINISTÉRIOPÚBLICOESTÁAQUI

A CONAMP e associações afiliadas lançaram nesta quarta-feira (27) a campanha #MinistérioPúblicoestáaqui durante a cerimônia de abertura do XXII Congresso Nacional do Ministério Público.

A campanha tem o objetivo principal, aproximar a sociedade do Ministério Público para que o trabalho realizado pelo parquet seja devidamente compreendido, reconhecido e valorizado. A inicia-

tiva tem como referencial um pin, símbolo mundialmente utilizado como marcador de localização. Assim, a atuação de cada Ministério Público será demarcada em todo território nacional em um mapa interativo virtual, demonstrando o volume e a importância da atuação de procuradores e promotores de Justiça.

Esta iniciativa conta ainda com o apoio do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais

(CNPGE) e dos Ministérios Públicos Estaduais.

A plataforma pode ser acessada pelo site [www.ministeriopublicoestaaqui.com.br](http://www.ministeriopublicoestaaqui.com.br). Nele, se pode ver as ações e o resultado do trabalho dos membros do MP. Você também pode participar utilizando a hashtag #MinistérioPúblicoestáaqui e compartilhando histórias reais sobre a importância da atuação do MP no site.





## PLANTÃO CRIMINAL VAI CUMPRIR RESOLUÇÃO DO CNJ SOBRE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

Aconteceu no dia 21 de setembro, uma reunião na Presidência do Tribunal de Justiça, entre o presidente da Associação Paraibana do Ministério Público (APMP) e o 1º vice-presidente Márcio Gondim (Centro de Apoio Operacional Criminal - Caocrim), com os juízes Marcial Henriques

e Maria Aparecida Gadelha, e os defensores públicos Ricardo Barros e Coriolano Filho para tratar da sistemática dos plantões dos finais de semana na região metropolitana de João Pessoa.

No encontro, ficou acordada a divisão temática criminal e cível (esta englobando a matéria

infracional), com sede nos Fóruns Criminal e Cível da Capital, respectivamente. O plantão criminal vai cumprir a Resolução n. 213 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com realização das audiências de custódia, inclusive, nos finais de semana.

## EXTINÇÃO DE ZONAS ELEITORAIS É TEMA DE REUNIÃO COM BANCADA DO NORDESTE

A presidente da Conamp, Norma Cavalcanti, participou, na semana passada, de café da manhã com parlamentares da bancada do Nordeste no Congresso Nacional. O encontro foi organizado pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) e tratou da extinção das zonas eleitorais determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o impacto negativo da medida e a busca de soluções para evitar prejuízo à sociedade e à Justiça Eleitoral.

“Estamos lutando para que esse absurdo contra a democracia e o voto popular não

aconteça. Somos contra qualquer fechamento e extinção de zonas eleitorais. Nessa luta em favor do povo brasileiro, nos unimos à AMB”, declarou a presidente da Conamp.

“A presença de um promotor, de um juiz nas zonas eleitorais é fundamental. A nossa cultura sempre foi a de dar capilaridade à Justiça, para que ela esteja perto e acessível ao cidadão. Fechar zonas eleitorais é um retrocesso e o Nordeste é uma das regiões que mais sofrerá os efeitos da medida”, afirmou Jayme de Oliveira, presidente da AMB.

Conforme dados apresentados pela AMB, ao todo, a região Nordeste perderá 117 zonas eleitorais, em princípio.

O líder da bancada do Nordeste, deputado Júlior César (PSD-PI), agradeceu pela iniciativa da AMB e reafirmou posição contrária ao fechamento de zonas eleitorais. “No Piauí, há casos de eleitores que terão de percorrer 200 quilômetros para praticar qualquer ato em relação à Justiça Eleitoral. A economia de menos de um por cento é irrelevante para justificar a medida”, disse o líder da bancada.